



**PROGRAMA DO PARTIDO SOCIALISTA DOS
TRABALHADORES UNIFICADO – PSTU
PARA AS ELEIÇÕES 2018**



Apresentação

Apresentamos agora o programa do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado para as eleições de 2018 ao governo do estado de Minas Gerais. É importante destacar que o programa do PSTU parte de uma compreensão central, a de que os trabalhadores e trabalhadoras do estado precisam de uma rebelião para se libertar de seu jugo e adquirir condição dignas de vida. O capitalismo é uma forma de organização social que submete a classe trabalhadora a uma exploração brutal para garantir lucros e riquezas para uma casta de proprietários. Qualquer melhoria efetiva para a vida dos trabalhadores parte do questionamento e consequente superação dessas relações.

As demais organizações que irão apresentar suas candidaturas nessa eleição apresentarão um programa que busca fortalecer as instituições como única saída para a classe trabalhadora. Vamos dizer que é superando essas instituições que os trabalhadores brasileiros podem de fato superar sua condição de explorados.

Por isso dizemos: o Brasil precisa de uma Revolução Socialista

Brasil como parte do sistema capitalista

Não vivemos mais na época das revoluções burguesas e nem do capitalismo da livre concorrência, mas sim na época do imperialismo, onde a economia é mundial, controlada pelo capital financeiro (a fusão da indústria com o capital bancário), pelos monopólios e oligopólios e onde o mundo já foi repartido pelas grandes potências.

- Na época imperialista não há mais a divisão entre países maduros e não maduros para a Revolução Socialista. As revoluções nacionais são parte da revolução mundial. O processo revolucionário começa em nível nacional, mas se não se expandir para outros países e não derrotar o sistema imperialista mundial acabará cedo ou tarde retrocedendo e triunfará a contrarrevolução. A revolução socialista tende a começar pelos elos mais débeis da cadeia imperialista. Em determinadas situações pode começar por um país imperialista, mas pode também, como já ocorreu antes, começar por países atrasados, que em determinadas circunstâncias tenham maiores dificuldades para contornar suas contradições internas na relação com todo o sistema.

- O Brasil é uma submetrópole (uma semicolônia industrializada e privilegiada), parte subordinada do sistema imperialista. Em relação aos países imperialistas o Brasil é explorado e oprimido, em relação aos países mais pobres é um país opressor. Tem mais de 70% de sua economia nas mãos das multinacionais, tem seu Estado amarrado por inúmeras leis e tratados ao sistema financeiro e aos oligopólios internacionais do ponto de vista econômico e também político e militar, que restringem sua soberania, além da sua submissão cultural. Ao mesmo tempo cumpre o papel de plataforma das multinacionais e guardião dos interesses imperialistas na América Latina, prestando-se inclusive à ocupação militar do Haiti.

- Esta relação subordinada ao imperialismo e de opressor da América Latina e de alguns países africanos, da qual a burguesia brasileira, banqueiros e grandes empresários nacionais, se beneficiam como sócios menores, impõe internamente um patamar de subdesenvolvimento, atraso tecnológico e de desigualdade e opressão: um enorme fosso social, super-exploração, miséria, violência, racismo.

- O capitalismo é um sistema mundial no qual opera o desenvolvimento desigual e combinado. Para que uns países sejam imperialistas, outros precisam ser semicoloniais ou coloniais, para que uns sejam opressores, outros devem ser oprimidos. O desenvolvimento desigual e combinado apresenta-se como uma mescla particular de elementos atrasados com fatores mais modernos. No Brasil, o

desenvolvimento associado e subordinado ao imperialismo produziu um parque industrial complexo e diversificado, apoiando-se e reproduzindo, porém, patamares dramáticos de concentração de renda, desigualdades regionais e a enorme desigualdade social que carregamos. Um país que estando entre as 7 ou 8 maiores economias do planeta é um dos mais desiguais do mundo, mantendo a maioria da população e da classe trabalhadora sem direitos sociais mínimos.

A América Latina vive um momento de muitos ataques e saques por parte do imperialismo. Por outro lado, intensificam-se as lutas da classe trabalhadora e setores populares contra os efeitos desses ataques. No último período foi ocorreram levantes em Honduras, Nicarágua, Guatemala, Haiti, ou mesmo a vitória de Lopez Obrador, no México, e no Brasil, a greve dos caminhoneiros, petroleiros, educação infantil, etc...

Em nosso Estado os aspectos desse crescimento das lutas apresentam-se num grau de radicalidade muito intenso. Foi assim na greve geral de abril de 2017, nas últimas greves específicas da educação (educação infantil), e na greve dos caminhoneiros. **Tudo indica que no Brasil a atual situação pré-revolucionária intensifique-se e avance para um grau superior ou mesmo para a diretamente revolucionária.** Mesmo que nesse momento estamos atravessados pela conjuntura eleitoral.

Essa situação contrapõe e desmente veementemente a tese sobre a existência de uma “Onda Conservadora” propagandeada pelo PT e seus satélites. Essa tese visa defender as experiências de conciliação de classes propostas pelos partidos reformistas e é pano de fundo para a construção de uma frente ampla com a burguesia. Além disso, esconde que os governos petistas são agentes dos ataques do imperialismo e da burguesia.

Dessa situação abre-se a possibilidade de aumentar o grau de organização e mobilização da classe operária e de outros setores populares que avancem para resolver o conjunto das tarefas que permeiam a revolução brasileira no marco das lutas dos povos da América Latina.

Pimentel e o PT são agentes diretos do imperialismo no Estado. Repete a formula de quando o PT (com Lula e Dilma) dirigiu a UNIÃO. É agente direto das mineradoras, como no caso da Samarco (Vale e BHPBilliton) e o crime social e ambiental do Rio Doce. Aprofunda o processo de desindustrialização e subordinação ao capital internacional e localização do Brasil no mercado internacional, como produtor de matéria-prima. À frente do Estado mantém a política do choque de gestão iniciada pelos governos do PSDB, de Aécio e Anastasia, com terceirizações, privatizações, atrasos no pagamento dos servidores, sucateamento da saúde e educação públicas.

É preciso apresentar o programa da Revolução Socialista para a classe operária. Na medida em que avançam as lutas e a experiência da classe com a democracia burguesa vamos ter por um lado tentativas de recicla-la, essa é proposta do PSOL/PCB, e suas iniciativas como o Vamos, que abarcam inclusive o PT. Por outro, mostram alternativas de ultradireita, como Bolsonaro. Em

algumas fábricas já vimos aparecer esse debate. Hoje somente nós temos condição de apresentar um programa operário e socialista para a crise e para o país. Falar nas saídas estratégicas para a massa de operários que rompeu com o PT e colocar saídas por fora do regime e do sistema capitalista, é dizer que todos os males (desemprego, ataques aos direitos, corrupção, etc.) são parte do sistema e que é possível construir o sistema socialista. E que isso se dá com um grande processo de mobilização de massas e que avance para uma revolução operária com um programa socialista à frente.

- O Brasil tem grandes tarefas democráticas a resolver, a começar por sua libertação nacional do imperialismo. Mas nenhuma delas poderá ser resolvida nos limites do capitalismo e com a manutenção de um sistema imperialista mundial. Da mesma maneira como não é possível a construção do socialismo num só país, não é possível, além de ser reacionário, o desenvolvimento nacional autônomo e construção de um “Brasil Potência”, como se fosse possível levantar como perspectiva o Brasil se tornar imperialista.

- No Brasil, assim como em toda América Latina, especialmente com a existência do imperialismo, a revolução necessária é a socialista. Sendo que aqui, a libertação política colonial sequer aconteceu através de uma revolução. A Independência se deu através de uma negociação com a metrópole e a burguesia rural, mediada pela Inglaterra, que manteve uma monarquia constitucional de fachada, um regime bonapartista, que sufocou inúmeras rebeliões e suas demandas democráticas, garantindo uma unidade nacional na base de vitórias da contrarrevolução. O que faz com que o país tenha ainda mais tarefas democráticas a resolver, o que só a revolução socialista poderá fazer: a libertação nacional do imperialismo, a questão negra, a agrária, a indígena, as desigualdades regionais. Também a questão das mulheres e LGBTs (embora estas não sejam uma particularidade do desenvolvimento histórico do país)

Minas Gerais: um espelho do Brasil

- O estado de Minas Gerais possui características muito peculiares frente aos demais estados brasileiros. Sua localização e dimensão produz uma diversidade interna, fazendo com que suas regiões possuam características próprias, que muitas vezes se combinam com as regiões do Brasil. O norte de Minas guarda inúmeras semelhanças com o Nordeste assim como o triângulo espelha o Centro-Oeste. Ou seja, as macrorregiões brasileiras, em alguma medida, influenciam as regiões de Minas Gerais.

- Nosso estado é muito rico em recursos naturais e, não por acaso, desde a sua constituição, serviu de plataforma exportadora de matérias primas para o exterior. Desde ouro no período colonial, que enriqueceu a Inglaterra e ajudou no processo de industrialização desse país, passando pelo café, os vários tipos de minérios, leite. Ao longo do tempo a base da economia mineira centrava-se nas commodities.

- O processo de industrialização do estado iniciou-se, mesmo que de forma tímida, no XIX. A Zona da Mata cumpriu um papel importante desse processo, tendo Juiz de Fora como centro comercial e industrial do período. A indústria têxtil predominava e as relações com o Rio de Janeiro se intensificaram. No entanto, a partir dos anos 30 do século XX, com o processo de industrialização nacional lavado adiante por Getúlio Vargas, a implantação da indústria no estado também sofre transformações.

- O movimento de integração do mercado nacional que se inicia neste momento, tem na economia e na indústria de São Paulo, a sua principal alavanca. É a indústria paulista, o centro dinâmico da

economia brasileira, a partir de então. Em Minas Gerais, a inserção no movimento de integração do mercado nacional, contribuiu para o deslocamento do centro dinâmico da Zona da Mata para a Zona Metalúrgica. A crise do padrão de acumulação vinculado a dinâmica do setor agroexportador cafeeiro, levou a Zona da Mata a um processo de estagnação econômica. A indústria que se desenvolveu no âmbito regional, não conseguiu, a partir da década de 1930, com o início do movimento de integração do mercado nacional, se expandir e competir em pé de igualdade com a indústria de outros centros.

- Na década de 1950, quando ocorre no País uma transição industrial, passando da fase de industrialização restringida para a fase de industrialização pesada e, conseqüentemente, a transformação no padrão de acumulação no processo de integração do mercado nacional, o papel de Minas Gerais é de se especializar no setor mineiro-metalúrgico-siderúrgico. É neste momento que aumenta a participação do Estado e do capital estrangeiro no desenvolvimento deste setor. É também nesse período, que a capital, Belo Horizonte e a microrregião na qual está inserida, ou seja, a Zona Metalúrgica, consolida sua inserção no processo de industrialização nacional, transformando-se também, no centro dinâmico da economia mineira, devido a um maior grau de desenvolvimento na exploração dos recursos naturais da região e da siderurgia.

- Assim, o operariado mineiro se constituiu a partir das relações de produção. Em que pese o grande papel da indústria em nosso estado, ainda temos uma relação direta com a extração de recursos minerais e essa será uma das características importantes de nosso estado.

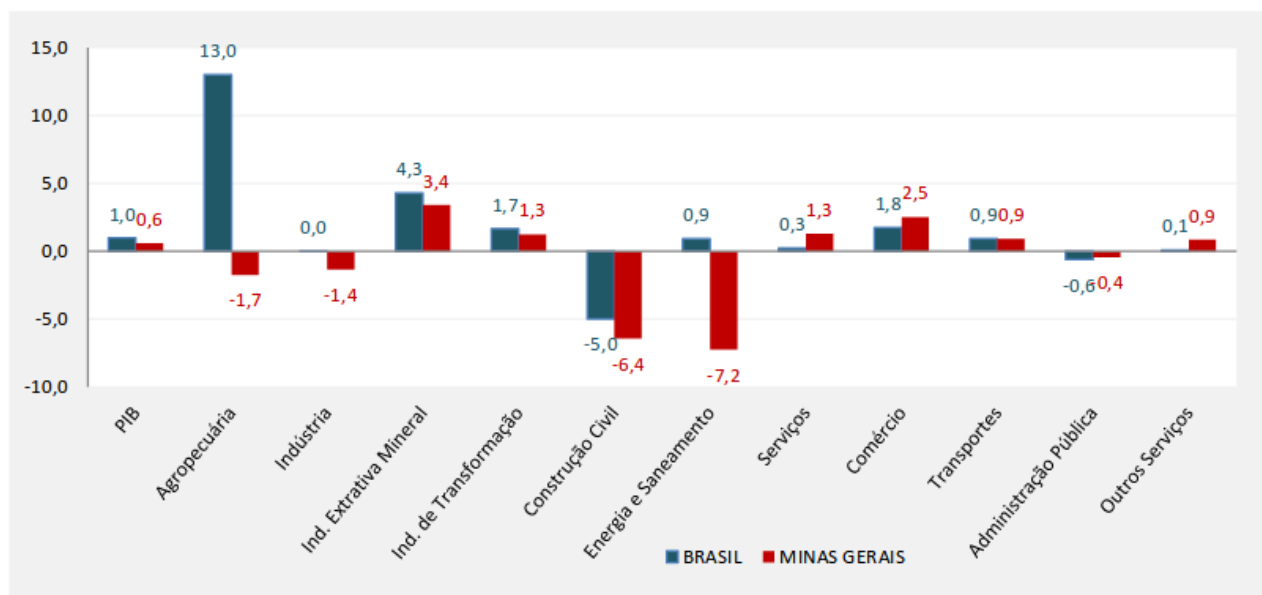
Minas Gerais no contexto da crise econômica

- Evidentemente, o Estado de Minas Gerais não é uma ilha. Em um contexto marcado por uma das maiores crises econômicas da história do capitalismo a partir de 2008, implicando em uma das maiores recessões da história do Brasil a partir de 2014, quando o país chegou a acumular uma queda de quase 10% do PIB em apenas 2 anos, o estado de Minas Gerais não poderia ficar imune. Some-se a isso a enorme instabilidade política, a perda de credibilidade de todos os principais partidos brasileiros diante da população, as maiores manifestações e greves em cerca de 20 anos. Em resumo, vivemos um momento explosivo e decisivo em que uma questão central está colocada: retroceder ainda mais no sistema internacional de Estados, aprofundando a dominação do Brasil pelos países centrais ou, então, avançar, pela ação dos trabalhadores, para outra forma de organização social, rompendo com o imperialismo e com o destino que atualmente capitalistas nacionais e estrangeiros impõem a classe trabalhadora brasileira.

- Nesse cenário, Minas Gerais ocupa um lugar chave. Como veremos, trata-se do segundo Estado mais importante do ponto de vista econômico no país. Mas não somente isso. Minas Gerais é praticamente o único Estado do país que é, ao mesmo tempo, um polo da mineração e do agronegócio voltado para a exportação, bem como da indústria de transformação voltada para o mercado interno. Concentra uma numerosa classe trabalhadora, sobretudo, no setor industrial e produtor de mercadorias, coração da valorização do capital.

- Nesse sentido, como podemos ver no gráfico abaixo, a variação do PIB por setor na economia mineira acompanha de perto as variações nacionais, apenas com algumas especificidades.

PIB e Valor Adicionado: Taxas de variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) – Minas Gerais e Brasil – 4º trim. 2017 – (%)

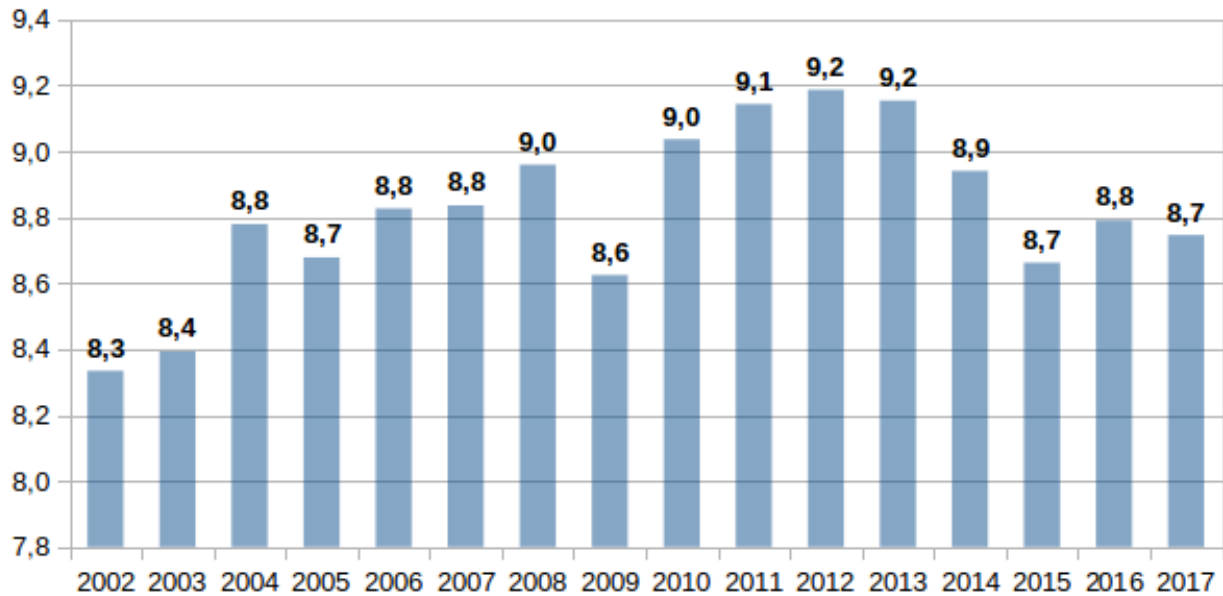


Fontes: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contas Nacionais Trimestrais.

- O PIB mineiro em 2017 cresceu 0,6 % em relação ao ano anterior enquanto o PIB brasileiro expandiu 1,0% de acordo com o IBGE. O setor de Serviços e a indústria de transformação cresceram 1,3 %. No entanto, houve uma retração de -1,4% no setor industrial como um todo em função do desempenho dos subsetores de Energia e Saneamento (-7,2%), afetado pela queda na geração das hidrelétricas, e Construção Civil (-6,4%), que apresenta quatorze trimestres consecutivos de queda. O subsetor de extração mineral cresceu 3,4%. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física destacou-se positivamente a “fabricação de produtos têxteis” (13,1 %), “fabricação de máquinas e equipamentos” (10,4 %), “fabricação de veículos automotores” (4,2%) e “fabricação de bebidas” (4,0%). O resultado da Agropecuária (-1,7%) pode ser creditado ao desempenho abaixo do esperado de dois dos principais produtos da pauta mineira (café e leite).

- No entanto, não nos enganemos, esses números expressam o crescimento de 2017 em relação ao ano de 2016, quando praticamente todos os setores acumularam dois anos consecutivos de quedas generalizadas. No geral, Minas Gerais, como o Brasil, sofreu ataques sem precedentes: retração no emprego, nos salários, alta rotatividade como veremos mais adiante. De início, é importante notar que a enorme força do setor minerário no Estado, setor este fortemente afetado pela variação nos preços, bem como vítima do processo de desindustrialização em curso no país, fez com que Minas Gerais desse um passo atrás em sua posição econômica no interior do Brasil, como indicamos abaixo:

Participação de Minas Gerais no PIB nacional (%)



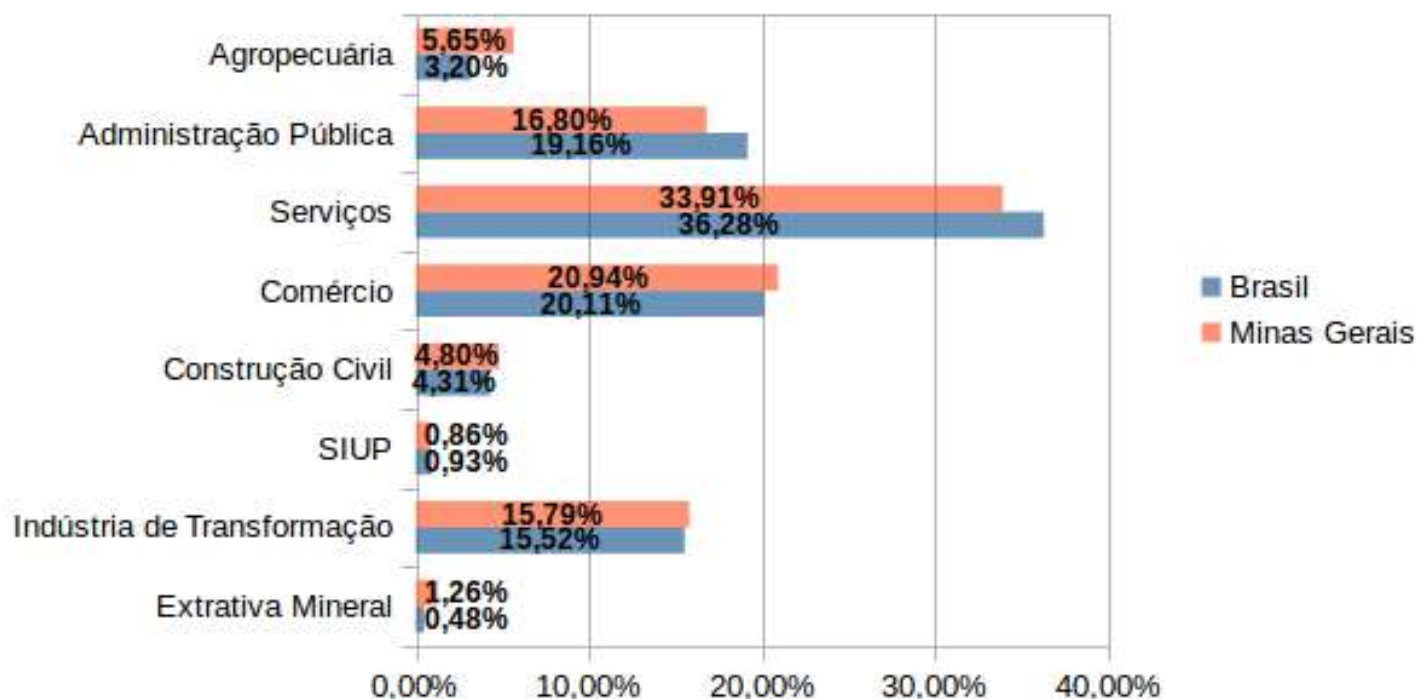
Fonte: Fundação João Pinheiro. **Elaboração:** ILAESE.

- Minas Gerais chegou a ocupar 9,2% do PIB nacional em 2012 e caiu para 8,7% do PIB em 2017. Mesmo patamar que se encontrava até 2007, antes dos preços do minério de ferro dispararem. Mas para entendermos melhor o que significa a posição do Estado no interior do país, faz-se necessário mergulhar mais profundamente em suas características específicas.

A centralidade de Minas Gerais no interior da economia brasileira em decadência

- A primeira particularidade importante do Estado de Minas Gerais no Brasil é que se trata do único Estado que reflete aproximadamente a mesma divisão do trabalho existente no país como um todo. Enquanto alguns estados se destacam pela produção agropecuária, como o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul, outros pela Indústria de Transformação, como São Paulo, Minas Gerais possui força em praticamente todos os segmentos mais importantes para a valorização de capital no Brasil: agropecuário, indústria de transformação, extrativo mineral e energia. São esses setores que sustentam a administração pública, que depende dos impostos, o comércio que distribui mercadorias, os serviços que dependem de uma classe trabalhadora numerosa apta a consumi-los. Como podemos comprovar no gráfico abaixo, baseado no percentual de trabalhadores empregados por setor, Minas Gerais praticamente reflete a estrutura produtiva e social brasileira.

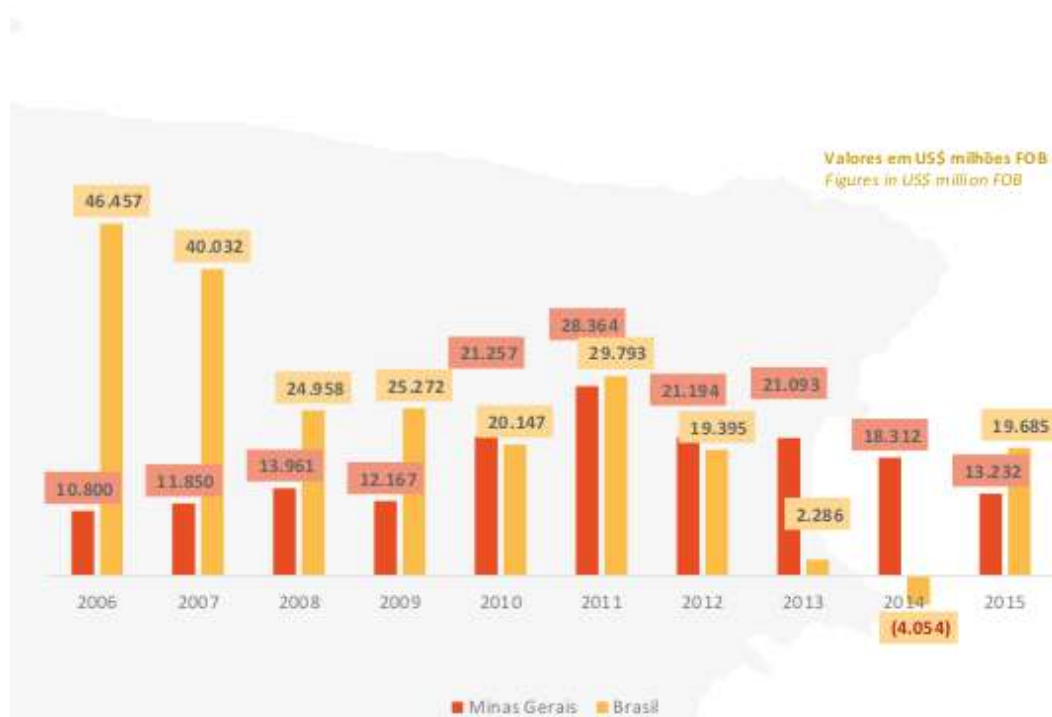
Emprego: Brasil x Minas Gerais por setor



Fonte: Rais-MTE. **Elaboração:** ILAESE.

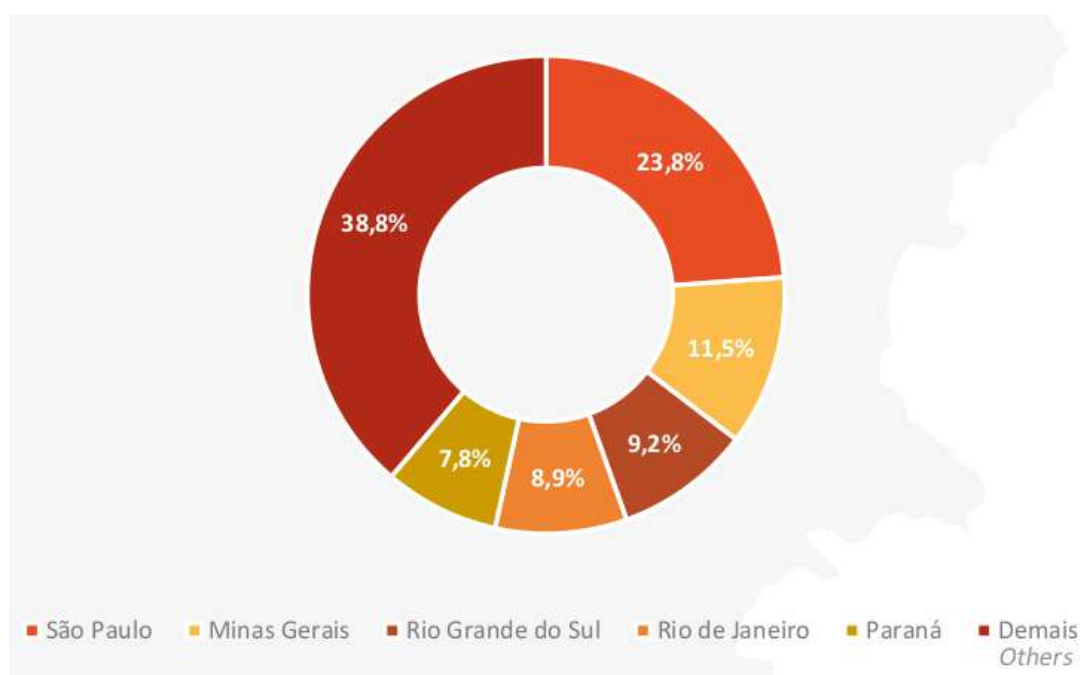
- Isso significa que dificilmente o Estado de Minas Gerais terá um desempenho econômico que se diferencie substancialmente do Brasil. Se isto ocorrer, tende a ser no curto prazo. O que não quer dizer que o Estado seja um espelho exato do Brasil. Possui, ao contrário, especificidades importantes. Por exemplo, os setores agropecuários, construção civil, a indústria de transformação e extrativa mineral, possuem, no Estado, um percentual um pouco mais elevado que a média nacional. Principalmente, o setor extrativo mineral e o agronegócio que são os principais itens de exportação do país. Não sem razão, Minas Gerais sempre teve uma balança comercial favorável, como indicamos a seguir:

SALDO COMERCIAL DE MINAS GERAIS E DO BRASIL DE 2006 A 2015



Elaboração: ExportaMinas

- Ora, a força da agropecuária no Brasil e da mineração, como o minério de ferro na VALE S.A. e CSN, o nióbio em Araxá, o Ouro em Paracatu, tornam a balança comercial mineira sempre superavitária. Ainda que com fortes quedas no período de crise econômica. Por exemplo, em 2014 o Brasil teve uma balança comercial negativa, o que não impediu o Estado de Minas Gerais de ter um superavit de 18 bilhões de dólares. Trata-se do segundo estado em termos de exportação no país, como indicamos abaixo:



Elaboração: ExportaMinas

Minas Gerais ocupou o segundo lugar no ranking das exportações nacionais de 2015, com 11,5% de participação, o que representou US\$ 22,01 bilhões exportados. Em primeiro lugar, São Paulo teve 23,8% de participação, com US\$ 45,58 bilhões. Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná completaram o ranking dos 5 principais Estados exportadores de 2015.

EXPORTAÇÕES DE MINAS GERAIS 2015

2º	Principais produtos exportados <i>Main exported products</i>	US\$ 2015	Participação <i>Participation</i>
1	Minérios Metalúrgicos <i>Metallurgical Ores</i>	6.536	29,7%
2	Produtos Metalúrgicos <i>Metallurgical Products</i>	3.985	18,1%
3	Café <i>Coffee</i>	3.672	16,7%
4	Metais e Pedras Preciosas e Joalheria <i>Metal and Precious Stones and Jewelry</i>	1.319	6,0%
5	Material de Transporte e Componentes <i>Transportation Material and Components</i>	1.143	5,2%
	Demais produtos e serviços <i>Other products and services</i>	5.354	24,3%

Valores em US\$ milhões FOB | Figures in US\$ million FOB

Elaboração: SEDE/EXPORTAMINAS - Fonte: MDIC/SECEX | Production SEDE/EXPORTAMINAS - Source: MDIC/SECEX

Como podemos ver na tabela de itens exportados em Minas Gerais em 2015, o Estado destacou-se na exportação de Minérios Metalúrgicos, que representou 29,7% de tudo o que foi exportado pelo Estado. Em seguida, Produtos Metalúrgicos, com US\$ 3,99 bilhões e 18,1% de participação na pauta. Café foi o produto do agronegócio mais exportado pelo Estado, com 16,7% de participação, o que representa US\$ 3,67 bilhões. Em quarto e quinto lugares, estão: Metais e Pedras Preciosas e Joalheria; e Material de Transporte

e Componentes, que juntos possuem 11,2% de participação da pauta exportadora. Evidentemente, tomamos 2015 como ano de referência. Esses números variam de ano a ano, mas sempre com uma composição semelhante.

Como podemos ver, trata-se de um estado muito rico, com uma produção diversificada e enormes rendimentos na balança comercial, isto mesmo no período de crise econômica. Para onde vai, no entanto, esses recursos?

O preço da crise é pago pelos trabalhadores

Pois bem, como vimos, Minas Gerais é um dos Estados mais ricos do Brasil. Isto é verdade tanto em recursos naturais efetivamente utilizados quanto em sua matriz industrial. Em relação as riquezas naturais, podemos enumerar:

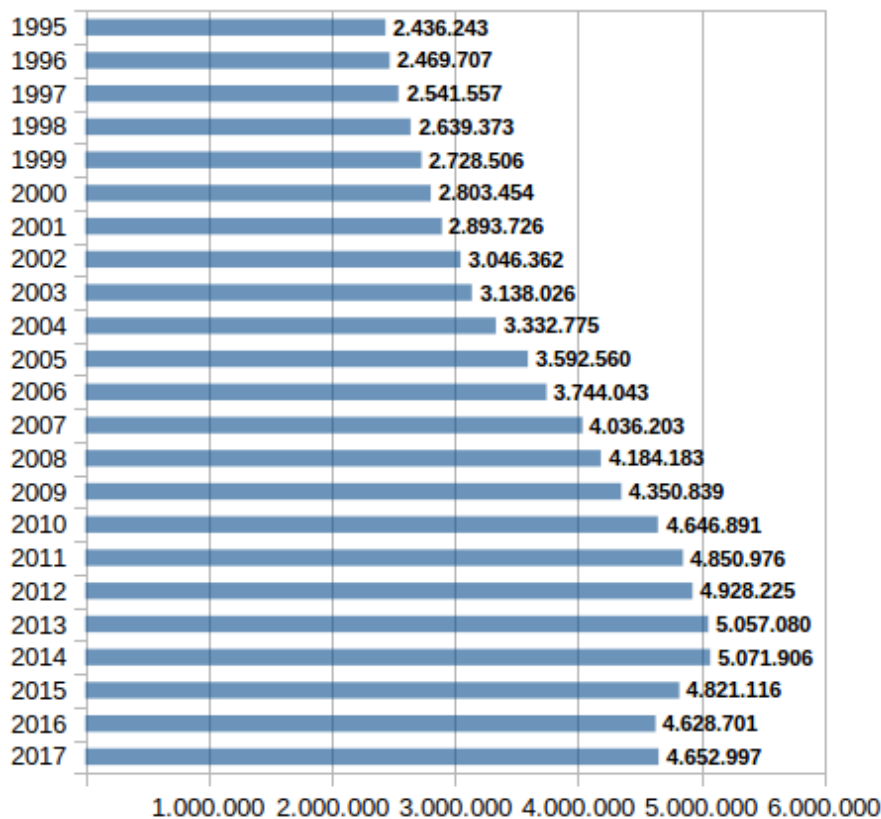
- Terras aptas para a agricultura e pecuária: grande exportador de leite e café.
- Uma das maiores reservas de minério de ferro, nióbio e ouro. Só o nióbio de Minas concentra mais de 75% das reservas nacionais e mais de 70% da reserva mundial desse minério.
- Uma enorme reserva hídrica: produção massiva de energia em hidrelétricas como a de Furnas.

Em relação a matriz industrial podemos enumerar muito resumidamente:

- Maior matriz siderúrgica do Brasil.

- Polos de produção de alimentos, calçados, têxteis.
 - Maior empresa de produção de veículos do Brasil.
 - Produção aeroespacial (Helibras) e de Armas (Imbel)
- E ainda poderíamos adicionar um longo etc.

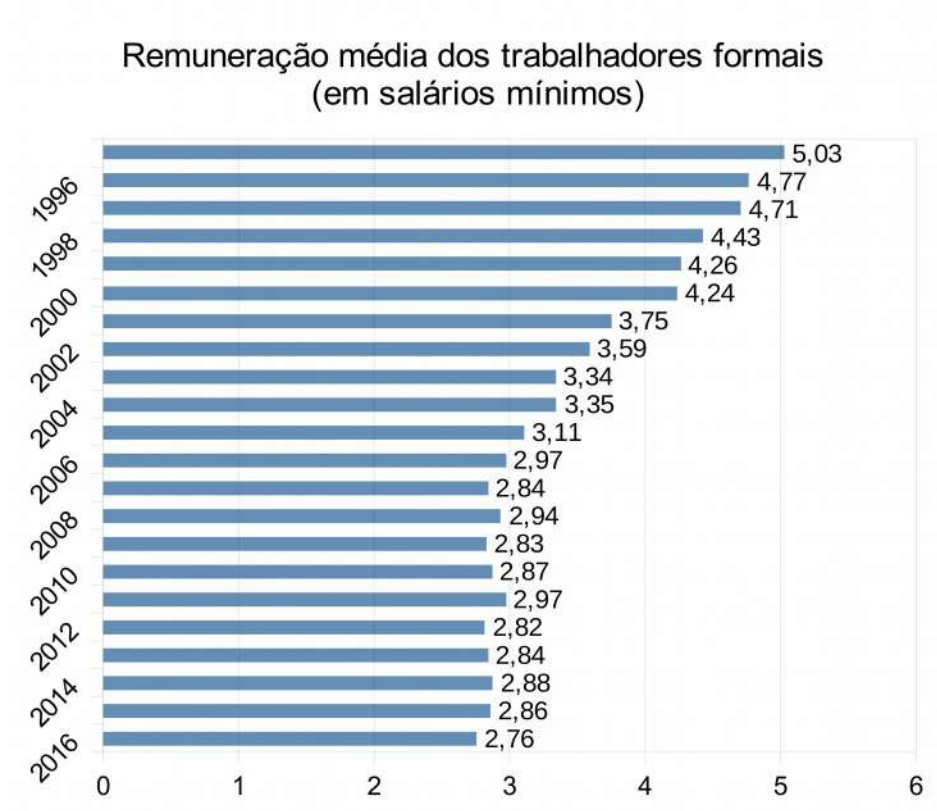
Varição dos empregos formais em Minas Gerais



Fonte: Rais-MTE. Elaboração: ILAESE.

No entanto, apesar de tanta riqueza, o exame dos dados nos mostra que, tal como no restante do país, com a crise econômica, os trabalhadores são os primeiros a serem jogados para o limbo. Após crescer de 2,436 milhões de trabalhadores formais em 1995 para 5,071 milhões de trabalhadores em 2014, ou seja, um crescimento de mais de 100% em quase 20 anos, com a crise econômica, esse número caiu em apenas 2 anos para pouco mais de 4,6 milhões de trabalhadores empregados. Ou seja, meio milhão de postos de trabalho a menos em apenas 2 anos.

A situação é ainda mais grave do ponto de vista dos rendimentos. Nesse caso, a remuneração do trabalhador mineiro, cai de forma ininterrupta desde o início do plano real.



Fonte: Rais-MTE. **Elaboração:** ILAESE.

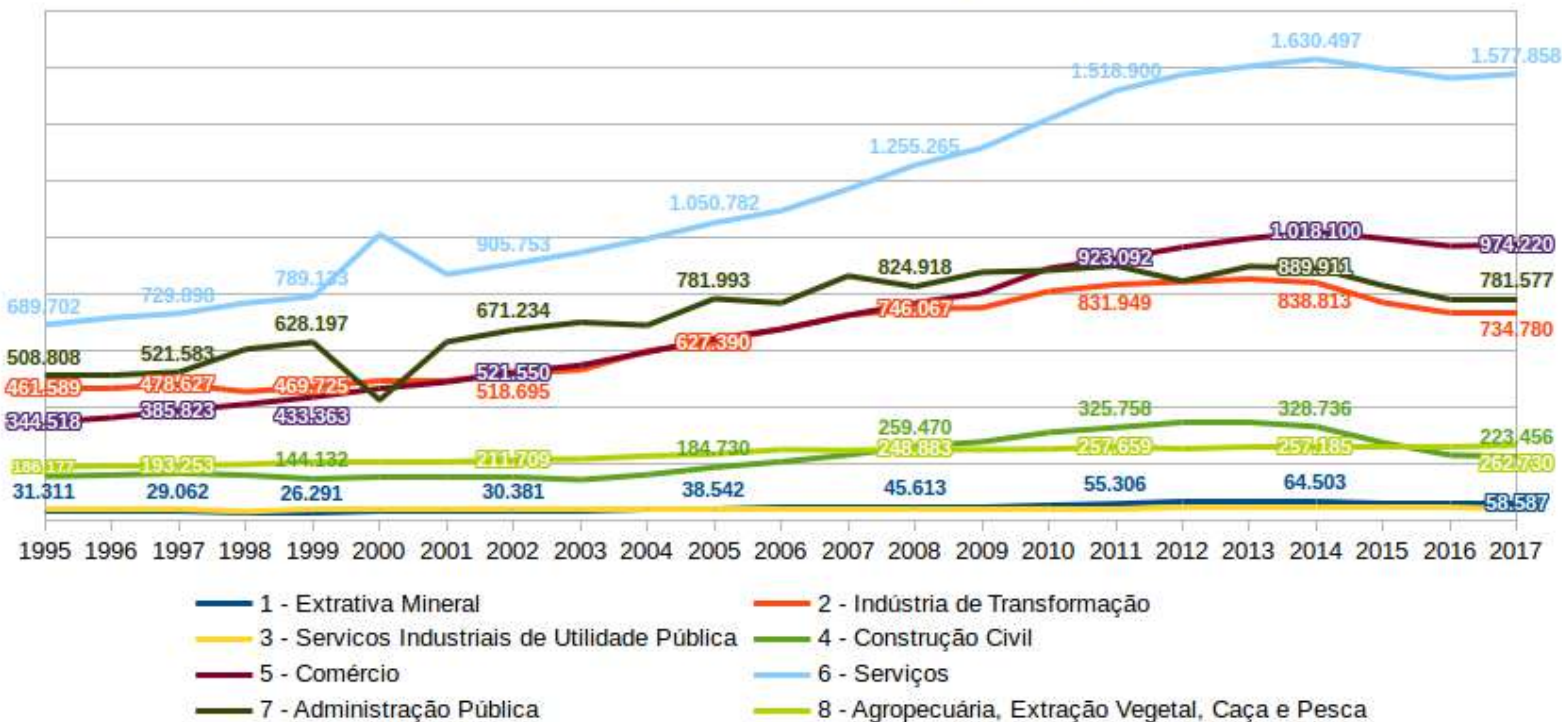
- Em 1995 o salário médio do trabalhador formal mineiro, seja qual for o setor, era de 5,03 salários mínimos, no entanto, em 2016, esse valor caiu para quase a metade, isto é, 2,76 salários mínimos de média de remuneração por trabalhador.

- Como se vê, a elevação da desigualdade no Brasil se eleva de forma continuada por 20 anos, incluindo os 14 anos de administração petista. O número de empregos cresceu. No entanto, o que temos são empregos mais precários e com menor remuneração.

A outra face da riqueza: a exploração

- O corte de empregos atingiu, ainda que de forma desigual, todos os setores da economia mineira. Alguns, como a construção civil e a indústria de transformação, foram mais fortemente afetados no início. No entanto, como era de se esperar, ao se atingir esses setores que se encontram no coração da cadeia de valor, todos os demais foram afetados na sequência, como indicamos no gráfico a seguir:

Varição do emprego por setor em Minas Gerais



Fonte: Rais-MTE. **Elaboração:** ILAESE.

-Praticamente nenhum setor ficou imune a queda nos empregos com a crise econômica. A única exceção foi o setor agropecuário, que se manteve estável. Além disso, podemos ver que a indústria de transformação começou a ser atingida desde 2010, prenunciando o que estava por vir e interrompendo sua tendência de crescimento. A partir de 2015, as demissões afetaram o setor de serviços, comércio, administração pública. O balanço geral, como já indicamos, foi de quase meio milhão de trabalhadores demitidos.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição Total
Extrativa Mineral	55.306	65.084	65.708	64.503	60.108	58.166	5,17%
Prod. Mineral não Metálico	53.435	54.618	56.503	57.008	52.812	49.079	-8,15%
Indústria Metalúrgica	134.576	129.529	126.586	119.582	105.797	100.873	-25,04%
Indústria Mecânica	45.595	44.815	45.765	45.726	41.798	37.708	-17,30%
Elétrico e Comunicação	28.775	29.907	30.342	29.019	24.778	23.293	-19,05%
Material de Transporte	72.071	77.875	75.869	68.224	56.031	46.917	-34,90%
Madeira e Mobiliário	48.548	48.983	49.562	49.282	43.903	40.368	-16,85%
Papel e Gráfico	28.516	29.697	30.571	30.432	26.124	24.572	-13,83%
Borracha, Fumo, Couros	25.303	27.144	28.135	28.068	25.768	25.504	0,79%
Indústria Química	72.609	74.019	73.390	75.151	69.047	68.222	-6,04%
Indústria Têxtil	117.004	114.821	113.313	113.093	99.716	94.734	-19,03%
Indústria Calçados	29.942	30.881	33.204	32.629	28.729	31.230	4,30%
Alimentos e Bebidas	175.575	179.405	188.627	190.599	193.533	189.449	7,90%
Serviço Utilidade Pública	39.977	41.118	41.047	44.161	42.243	40.659	1,71%
Construção Civil	325.758	345.294	341.421	328.736	271.665	227.752	-30,09%
Comércio Varejista	785.025	818.944	842.067	855.793	837.999	815.757	3,91%
Comércio Atacadista	138.067	145.246	153.757	162.307	157.065	152.639	10,55%
Instituição Financeira	68.028	67.931	68.120	69.751	70.472	68.907	1,29%
Adm Técnica Profissional	467.498	492.781	503.741	492.311	464.343	452.657	-3,17%
Transporte e Comunicações	252.547	252.286	270.359	273.428	266.161	255.622	1,22%
Aloj Comunic	394.805	412.827	396.677	409.652	404.239	393.226	-0,40%
Médicos Odontológicos Vet	170.208	178.649	185.205	194.325	199.863	200.917	18,04%
Ensino	165.814	171.451	180.878	191.030	191.031	191.671	15,59%
Administração Pública	898.335	844.549	896.245	889.911	828.346	779.916	-13,18%
Agricultura	257.659	250.371	259.988	257.185	259.545	258.863	0,47%
Total	4.850.976	4.928.225	5.057.080	5.071.906	4.821.116	4.628.701	-4,58%

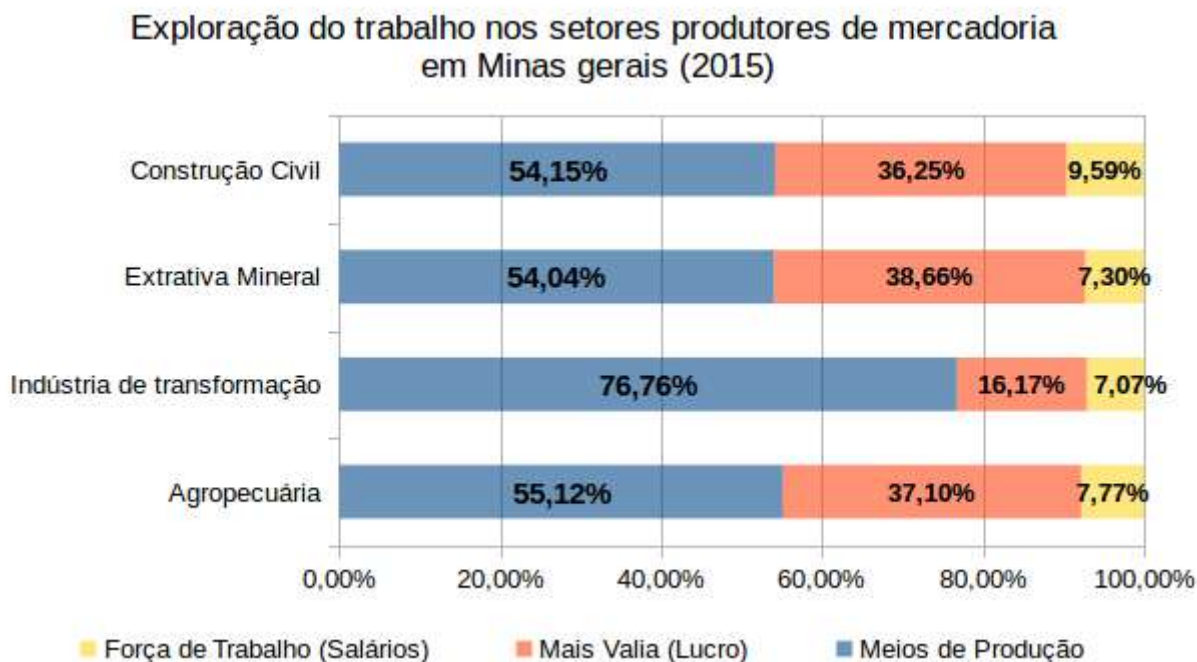
- Mas não se trata apenas do emprego. A outra face do problema, sem dúvida, é a remuneração. Como vimos anteriormente, ela cai continuamente em relação ao salário mínimo. No entanto, no período da crise, vem caindo mesmo em relação a inflação.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição Total	Varição Real
Extrativa Mineral	R\$ 2.999	R\$ 3.054	R\$ 3.369	R\$ 3.631	R\$ 3.657	R\$ 3.998	33,32%	-17,1
Prod. Mineral não Metálico	R\$ 1.319	R\$ 1.452	R\$ 1.603	R\$ 1.770	R\$ 1.920	R\$ 2.099	59,13%	8,6
Indústria Metalúrgica	R\$ 2.392	R\$ 2.541	R\$ 2.650	R\$ 2.782	R\$ 2.952	R\$ 3.136	31,08%	-19,3
Indústria Mecânica	R\$ 2.173	R\$ 2.351	R\$ 2.592	R\$ 2.744	R\$ 2.681	R\$ 2.946	35,59%	-14,8
Elétrico e Comunic	R\$ 1.695	R\$ 1.825	R\$ 2.011	R\$ 2.140	R\$ 2.439	R\$ 2.621	54,64%	4,1
Material de Transporte	R\$ 2.302	R\$ 2.456	R\$ 3.256	R\$ 2.999	R\$ 3.238	R\$ 3.712	61,29%	10,8
Madeira e Mobiliário	R\$ 999	R\$ 1.147	R\$ 1.301	R\$ 1.440	R\$ 1.496	R\$ 1.613	61,43%	10,9
Papel e Gráfico	R\$ 1.549	R\$ 1.667	R\$ 1.772	R\$ 1.906	R\$ 2.049	R\$ 2.206	42,43%	-8,0
Borracha, Fumo, Couros	R\$ 1.340	R\$ 1.493	R\$ 1.677	R\$ 1.805	R\$ 1.997	R\$ 2.229	66,43%	15,9
Indústria Química	R\$ 1.682	R\$ 1.829	R\$ 2.040	R\$ 2.238	R\$ 2.496	R\$ 2.747	63,32%	12,8
Indústria Têxtil	R\$ 859	R\$ 941	R\$ 1.041	R\$ 1.135	R\$ 1.220	R\$ 1.341	56,10%	5,6
Indústria Calçados	R\$ 796	R\$ 952	R\$ 1.091	R\$ 1.241	R\$ 1.346	R\$ 1.479	85,72%	35,2
Alimentos e Bebidas	R\$ 1.227	R\$ 1.375	R\$ 1.525	R\$ 1.601	R\$ 1.685	R\$ 1.809	47,38%	-3,0
Serviço Utilidade Pública	R\$ 3.375	R\$ 3.498	R\$ 3.610	R\$ 3.760	R\$ 4.272	R\$ 4.643	37,57%	-12,8
Construção Civil	R\$ 1.366	R\$ 1.539	R\$ 1.682	R\$ 1.725	R\$ 1.801	R\$ 1.921	40,63%	-9,8
Comércio Varejista	R\$ 920	R\$ 1.038	R\$ 1.131	R\$ 1.212	R\$ 1.285	R\$ 1.395	51,65%	1,2
Comércio Atacadista	R\$ 1.337	R\$ 1.479	R\$ 1.619	R\$ 1.777	R\$ 1.919	R\$ 2.074	55,10%	4,6
Instituição Financeira	R\$ 3.692	R\$ 3.965	R\$ 4.243	R\$ 4.573	R\$ 5.279	R\$ 5.151	39,51%	-10,9
Adm Técnica Profissional	R\$ 1.468	R\$ 1.552	R\$ 1.710	R\$ 1.845	R\$ 1.994	R\$ 2.162	47,32%	-3,1
Transporte e Comunicações	R\$ 1.414	R\$ 1.580	R\$ 1.703	R\$ 1.840	R\$ 1.967	R\$ 2.136	51,09%	0,6
Aloj Comunic	R\$ 1.007	R\$ 1.118	R\$ 1.204	R\$ 1.289	R\$ 1.376	R\$ 1.511	50,09%	-0,3
Médicos Odontológicos Vet	R\$ 1.368	R\$ 1.561	R\$ 1.702	R\$ 1.818	R\$ 1.961	R\$ 2.110	54,25%	3,8
Ensino	R\$ 2.537	R\$ 2.649	R\$ 2.899	R\$ 3.289	R\$ 3.478	R\$ 3.743	47,51%	-2,9
Administração Pública	R\$ 2.282	R\$ 2.484	R\$ 2.716	R\$ 3.033	R\$ 3.373	R\$ 3.706	62,40%	11,9
Agricultura	R\$ 878	R\$ 1.009	R\$ 1.142	R\$ 1.232	R\$ 1.344	R\$ 1.453	65,45%	15,0
Média	R\$ 1.560	R\$ 1.693	R\$ 1.862	R\$ 2.010	R\$ 2.166	R\$ 2.342	50,10%	-0,3

Fonte: Rais-MTE. Elaboração: ILAESE.

- O resultado de todo esse processo é que, no final das contas, a crise representa unicamente o aumento da exploração dos trabalhadores. A redução na remuneração e no emprego convive lado a lado com a acumulação de elevadas fatias de capital, mesmo no período de crise econômica. Para se ter uma ideia, indicamos abaixo o total do capital destinado a pagar os meios de produção e matéria-prima, o total destinado ao salário dos trabalhadores e ao lucro dos empresários no ápice da crise econômica, em quatro dos principais setores da economia mineira: em 2015.

Como se nota, mesmo no ápice da crise econômica no Estado, em 2015,

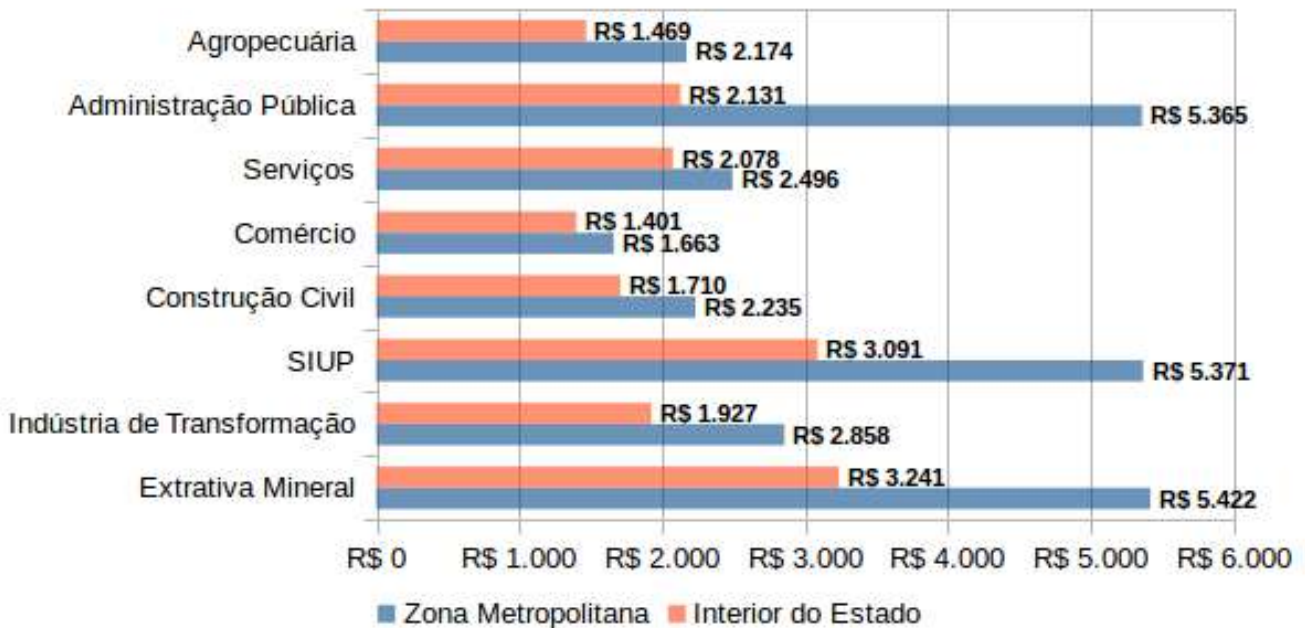


- Minas Gerais nos quatro setores analisados o montante acumulado é várias vezes superior ao total gasto com salário dos trabalhadores. Para essa análise, consideramos o total de empresas do setor e a totalidade dos trabalhadores formais empregados.

Capital versus Interior: as armas para melhor explorar a força de trabalho

- Minas Gerais é o estado com maior quantidade de municípios do Brasil. Vários deles com médio e grande porte e distribuídos ao longo de um vasto território. As disparidades existentes no Estado com essa enorme estratificação vêm sendo usado para buscar trabalho do mais baixo custo possível. Isto ocorre porque a diferença na remuneração na zona metropolitana da capital do Estado, Belo Horizonte e nos demais municípios do interior é enorme. Indicamos abaixo, a diferença no salário médio nominal, por setor, no fim de 2016.

Remuneração nominal por setor em 2016



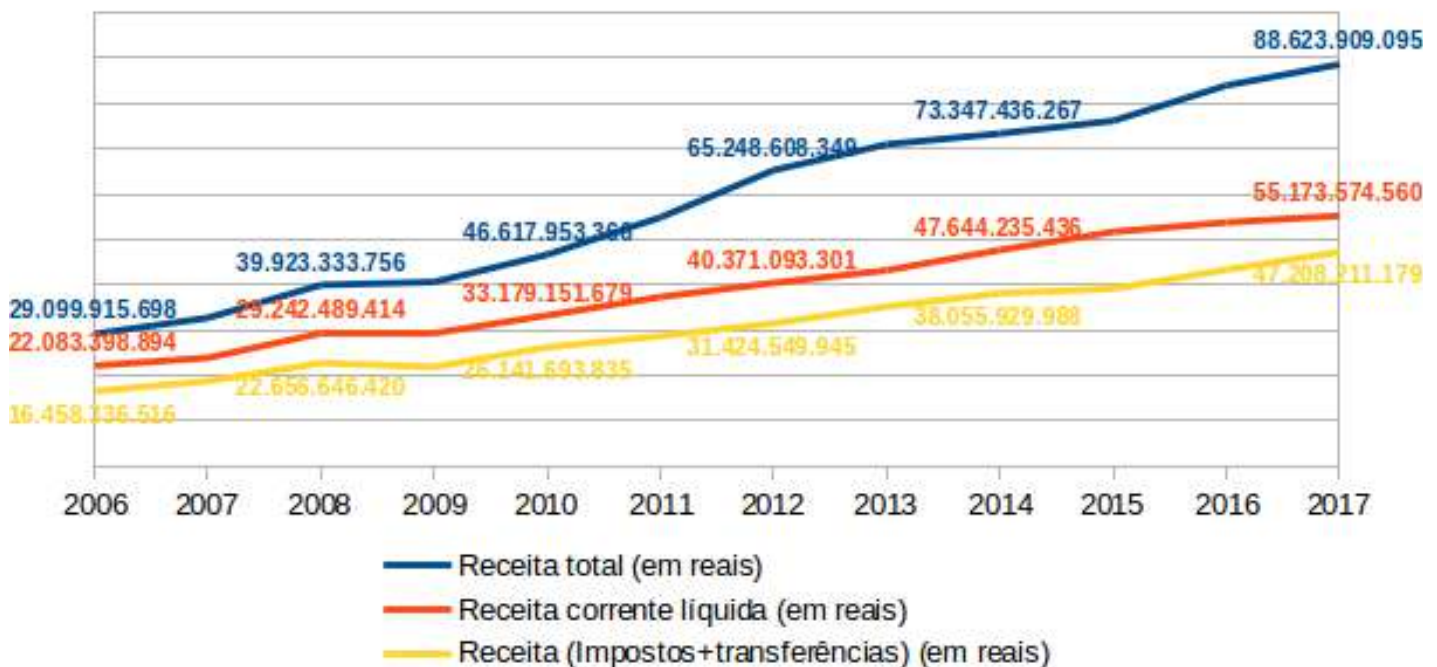
Fonte: Rais-MTE. **Elaboração:** ILAESE.

- A diferença salarial entre metrópole e interior é enorme, sendo na maior parte dos casos superior a 50%. Esse é o motivo de várias empresas da capital mineira migrarem para o interior do Estado, como é o caso da Vallorec Tubos, em sua maior parte já instalada na cidade de Jeceaba no interior do Estado. Apesar disso, a tendência histórica de emprego na capital mineira é de crescimento, mesmo no setor industrial, ainda que o ritmo de crescimento no interior seja mais elevado. Esse quadro não pode ser motivo para divisões entre os trabalhadores do interior e da capital mineira. É o exato oposto. Os trabalhadores da capital são os primeiros interessados em reverter essa situação e defender as reivindicações salariais dos trabalhadores do interior de modo a por fim nessa disparidade.

As finanças estaduais: as mentiras de Pimentel

- Já faz algum tempo que, nos meios de comunicação, mas, também, nas declarações do governador Fernando Pimentel, se diz da calamidade e do colapso das finanças públicas mineiras. Estaríamos em uma crise fiscal, de arrecadação similar a do Rio de Janeiro. Nem precisa dizer que esse discurso tem sido tomado por vários sindicatos ligados ao PT para nuançar ou, no mínimo, retardar críticas e lutas contra o governo petista.

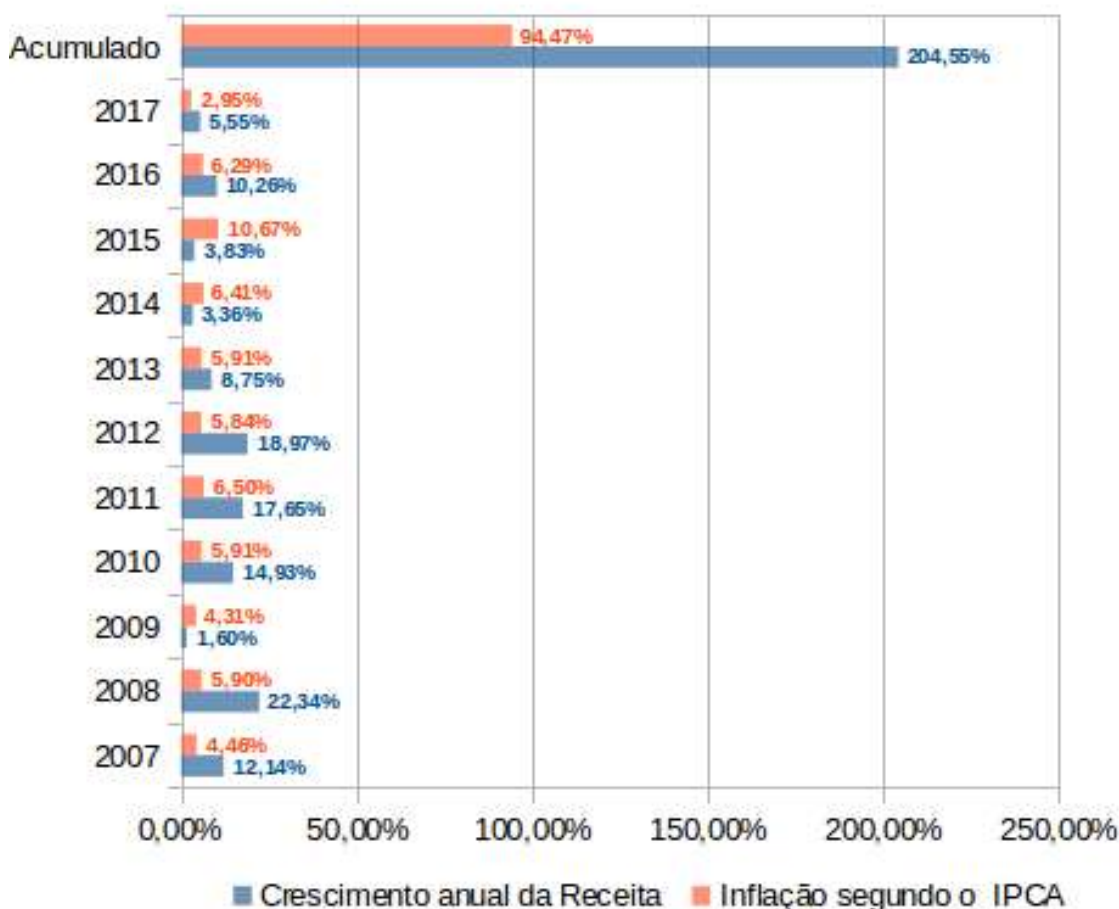
Receitas do Estado de Minas Gerais (em reais)



- Não existe queda alguma nas Receitas do Estado que expandem a um ritmo continuado no curso dos últimos 11 anos. É verdade, no entanto, que o Estado se encontra no limite dos gastos com Pessoal estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Mesmo assim, essa situação se deve, mais, ao fato da Lei de Responsabilidade fiscal incidir sobre a Receita Corrente Líquida, que como podemos ver no gráfico acima, foi de longe a que menos cresceu.

- Para tornar ainda mais claro esse cenário, vejamos como ficou a variação da Receita Total do Estado de Minas Gerais em relação a inflação do período medida pelo IPCA-IBGE.

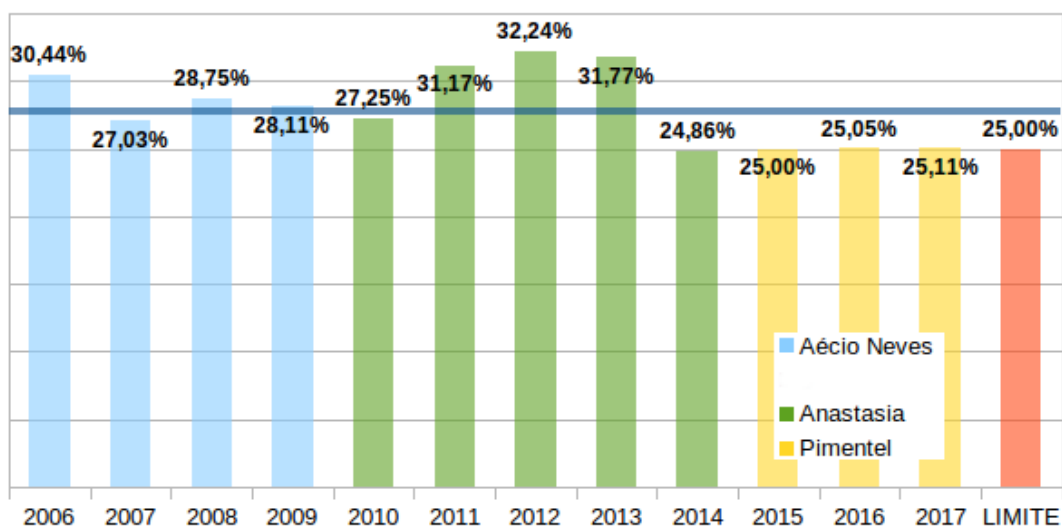
Crescimento da Receita Total de Minas Gerais versus Inflação



- Em toda série histórica que vai de 2006 até o último ano, apenas em três anos a inflação cresceu mais que as receitas do Estado: os anos de 2009, 2014 e 2015. Ainda assim, em um cenário de crescimento de receitas. Mesmo no caso dos anos recentes de 2014 e 2015, tivemos, nos dois anos seguintes, 2016 e 2017, um crescimento da receita maior em 70% que a inflação. Para se ter uma ideia, no acumulado dos 11 anos analisados, a Receita Total do Estado cresceu 204% enquanto a inflação acumulada foi de 94%.

- Pimentel diz ainda que a diferença entre Rio de Janeiro e Minas Gerais é que “lá, com outro tipo condução, [...] fazer equilíbrio fiscal cortando verbas da educação, da saúde, da segurança, a coisa desandou”. Vejamos se é o caso com os gastos em Educação do governo de Minas Gerais seguindo o critério corrente usado pelo Tribunal de Contas para cálculo do mínimo constitucional de 25%.

Mínimo constitucional aplicado à EDUCAÇÃO



Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais e Tesouro Nacional.

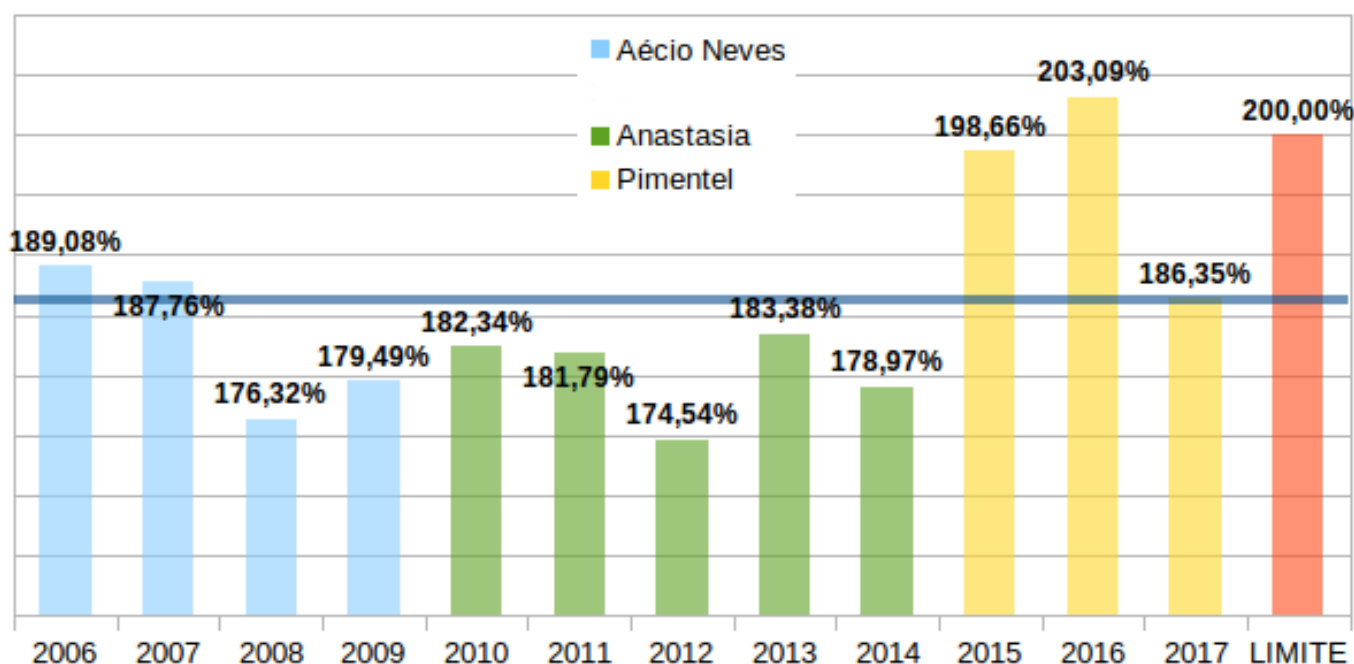
Elaboração: ILAESE.

- O governo petista conseguiu a proeza de investir, percentualmente, menos que os governos tucanos de Anastasia e Aécio Neves. O percentual investido por Pimentel nos três anos de gestão ronda o piso mínimo estipulado por lei para o setor. Isso significa que os aumentos salariais concedidos em sua administração foram estimados na ponta do lápis para garantir o mínimo constitucional na Educação. Nada além disso. Definitivamente, essa não é a diferença entre o governo de Minas e o do Rio.

A verdade sobre a dívida do Estado

- Em fins de 2016, como se sabe, Pimentel decretou calamidade financeira por tempo indeterminado. O motivo serial o elevado grau de endividamento, ultrapassando o teto de 200% da receita corrente líquida. De fato, Minas Gerais teve sempre no curso da última década um elevado nível de endividamento. Apesar disso, tal dívida apresentava um patamar relativamente estável, na faixa de 180% da receita corrente líquida. Foi somente nos dois primeiros anos do governo de Fernando Pimentel que esse valor disparou.

Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida



Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais e Tesouro Nacional.

Elaboração: ILAESE.

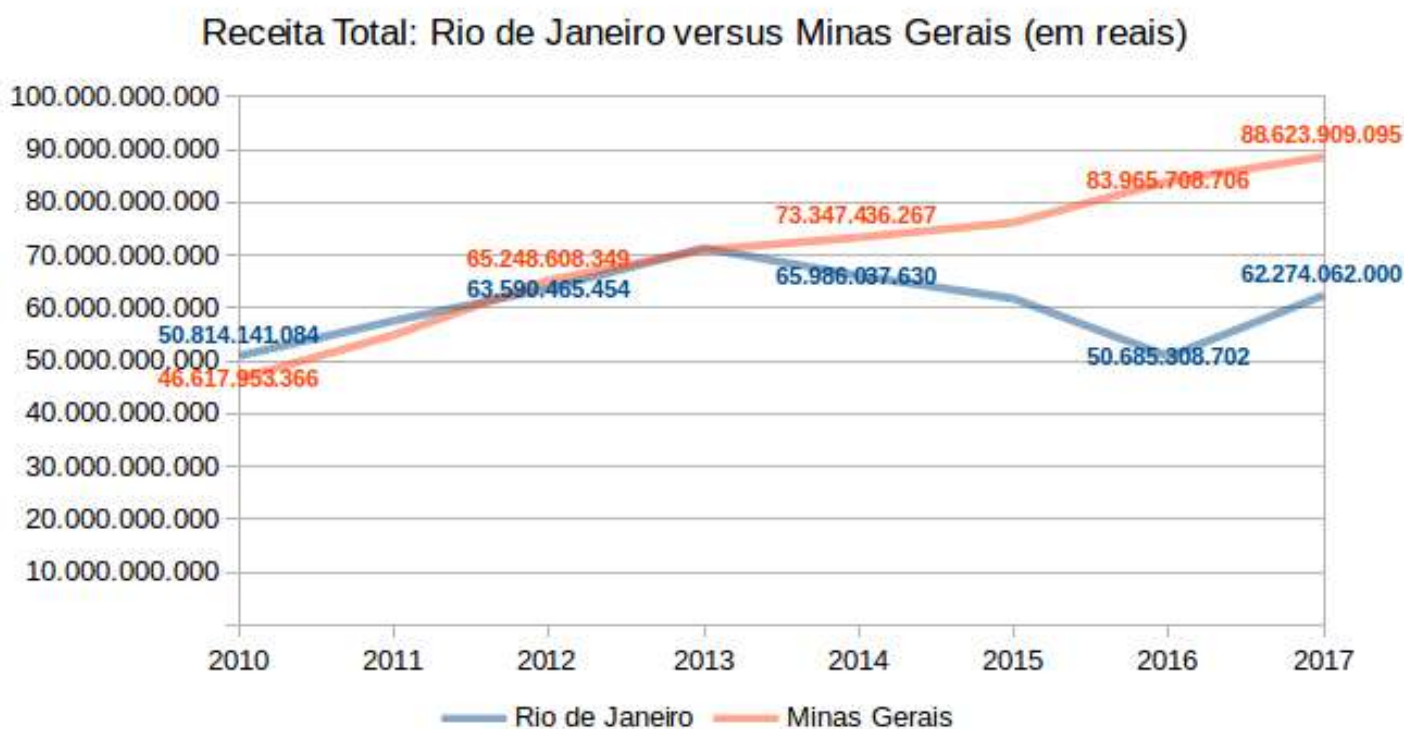
- Já no primeiro ano de administração petista o valor da dívida do estado passou de 178% da RCL para 198%, superando o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade fiscal no ano seguinte, quando atingiu 203%. É verdade que o endividamento do Estado com a União é, no final das contas, um mecanismo para garantir o pagamento da dívida pública brasileira, responsável por

sugar nossos recursos e garantir elevadas somas para os empresários detentores de títulos da dívida brasileira. De fato, é necessária uma campanha pelo não pagamento da dívida. É necessário mostrar como esse mecanismo nada mais faz do que transferir a riqueza nacional para o capital financeiro, nacional e intencional.

- Mas, infelizmente, o crescimento do endividamento de Minas não tem qualquer relação com um enfrentamento do governador petista com a dívida pública. Boa parte dos recursos do estado no ano de 2017 foi destinado ao seu pagamento, fazendo seu percentual descer aos níveis dos governos tucanos. Como podemos ver, nada indica um cenário similar entre Minas e Rio de Janeiro e, de fato, são situações muito distintas. É o que veremos a seguir.

Minas Gerais e Rio de Janeiro: duas situações muito distintas

- Para se ter uma ideia da diferença abismal entre a situação do Estado de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, basta olhar o gráfico abaixo que indica a evolução da Receita Total dos dois estados desde 2010.



Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e Tesouro Nacional.

Elaboração: ILAESE.

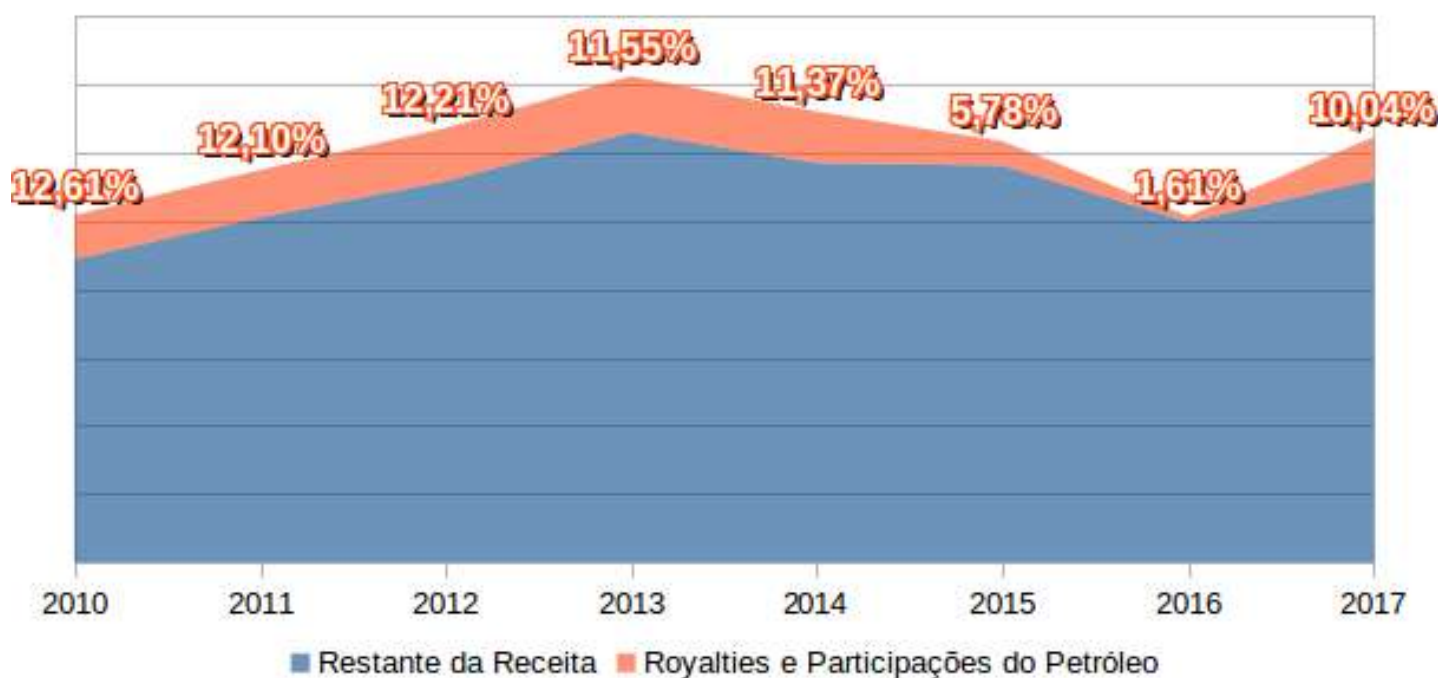
- A curva de evolução das receitas nos dois Estados, ao contrário do que diz o governador petista, são absolutamente distintas. Enquanto Minas Gerais tem um crescimento contínuo em sua arrecadação, ainda que em um ritmo tímido nos anos de 2014 e 2015, a arrecadação do Rio caiu espantosamente entre 2013 e 2016, se recuperando muito parcialmente em 2017.

- Este cenário tem uma explicação mais geral. Em um quadro de desindustrialização geral da economia brasileira, cada vez mais dependente da exportação de matéria-prima, cenário esse que se aprofundou não apenas no governo de FHC, mas, também, nos governos de Lula e Dilma, Minas Gerais ainda mantém um razoável grau de industrialização, sendo um dos principais polos produtores de matérias-primas, tanto agrárias como minerais. Já o Rio de Janeiro, ao contrário, perdeu sua malha industrial e depende unilateralmente dos royalties do petróleo.

Royalties da mineração é esmola

- A crise do Rio de Janeiro possui como pano de fundo mais geral, como dissemos, o rebaixamento do Brasil no atual sistema de Estados, sua posição subalterna de exportador de matérias-primas para a indústria de alta intensidade e tecnologia estrangeira. Mas sua causa mais imediata, oriunda da situação acima descrita, foi a queda acentuada no preço do petróleo, derrubando seus royalties, um dos principais elementos de arrecadação do Estado do Rio de Janeiro. Vejamos abaixo o impacto da queda na arrecadação dos royalties no Rio de Janeiro:

Impacto dos royalties do petróleo na Receita Total do Rio de Janeiro

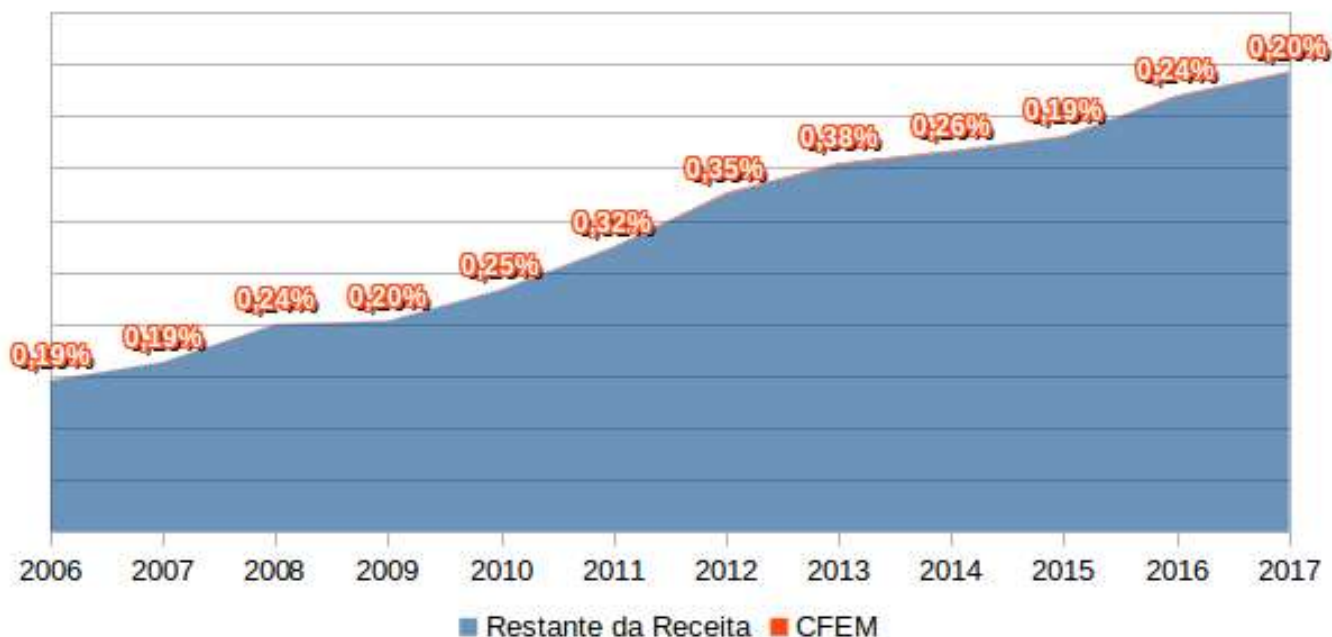


Fonte: Diário Oficial do Rio de Janeiro e Tesouro Nacional.

Elaboração: ILAESE.

- Ora se isto é assim, Minas Gerais não deveria ter sofrido o mesmo impacto em função da queda igualmente drástica no preço do minério de ferro? Os royalties consistem no direito legítimo da sociedade de participar do valor extraordinário dos recursos naturais em seu território. Essa forma de arrecadação existe em todo o mundo. Ocorre que os royalties do petróleo representam 10% da arrecadação bruta da empresa, enquanto, na mineração, representam 2% de sua arrecadação líquida, em um imposto denominado CFEM. Some-se a isso a Lei Complementar nº 87 de 1996, que regulamentou o ICMS, conhecida como Lei Kandir, isentando os produtos primários e semielaborados de ICMS. Isto significa que o capital estrangeiro vem ao Brasil, explora seus recursos naturais vendendo-os ao exterior e, não fosse o bastante, não deixa praticamente nada na arrecadação para os cofres públicos. Esse quadro ilustra bem a situação de dominação a que está submetido o Brasil e a total conivência de nossos governos, nas últimas duas décadas, com essa situação. Os royalties da mineração são esmola, praticamente nada, tanto para as empresas exploradoras quanto para os cofres públicos. Para se ter uma ideia, vejamos o impacto irrisório do CFEM nos cofres públicos.

Impacto do CFEM (royalties da mineração) na Receita Total de Minas Gerais



Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais e Tesouro Nacional.
Elaboração: ILAESE.

- A faixa vermelha que indica essa arrecadação é praticamente invisível. Não é sem razão, afinal, o CFEM jamais atingiu 0,4% da Receita total do Estado de Minas Gerais. Por esse motivo, a queda nos preços do minério de ferro, ao contrário do Rio de Janeiro, causa poucos efeitos diretos nas finanças do Estado de Minas Gerais. Não é possível resolver essa situação sem a estatização dos recursos naturais do Estado. Como os escândalos de corrupção atuais não deixam margem para dúvida, a relação entre iniciativa privada e pública é corrupta e serve os interesses do capital financeiro. Somente isso explica a contribuição irrisória em royalties na mineração, bem como a ciranda da dívida pública do Estado. Tais recursos devem ser estatizados e colados sobre o controle dos trabalhadores. Os verdadeiros interessados, além de responsáveis por toda produção. A comparação de Fernando Pimentel da situação de Minas Gerais com a do Rio de Janeiro é, no final das contas, uma retórica vazia, oportunista e mentirosa.

Candidaturas

Nossas candidaturas são as únicas operárias, negras e pobres da periferia. Refletem o sentimento de indignação de raça e classe do que forma a maioria da classe trabalhadora do país e no Estado.

Programa e Palavras de ordem:

Minas Gerais possui uma economia muito forte. Somos o segundo maior PIB do Brasil, ocupando o segundo lugar nas exportações, mesmo nesse período de crise em que vivemos. O agronegócio e a mineração são setores estratégicos, mas possuímos outros, como a indústria de transformação e a construção civil que são determinantes para a solidez de nossa economia.

No entanto, poderíamos estar em patamares superiores se todo esse potencial estivesse destinado a beneficiar o conjunto da população mineira e a melhoria da qualidade de vida ao invés de ser destinado ao enriquecimento de um setor muito pequeno de grandes empresários e banqueiros. Todo o potencial de nossa economia centra-se em deixar mais um rico um setor ao invés de beneficiar os trabalhadores que são de fato aqueles que produzem toda a riqueza. Não à toa, são pagos menos de 1% de royalties da mineração ao ano, mesmo sendo localizada em Minas as melhores jazidas minerais do mundo.

1. Um chamado à Rebelião! Minas e o Brasil precisam de um Projeto Operário, Popular e Socialista!

Um governo socialista dos trabalhadores formado por conselhos populares, terá que governar apoiado na mobilização e organização dos trabalhadores, da juventude do povo pobre, para aplicar um plano econômico operário, popular e socialista.

Esse governo não governará “para todos”, para “ricos e pobres”. Pois nenhum governo “governa para todos”, sempre enganam os pobres e governam para os ricos. Por isso os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Um governo operário, popular e socialista vai contrariar o interesse dos ricos e dos exploradores para beneficiar os pobres, os explorados e os oprimidos.

Vamos juntos, na luta, construir uma nova sociedade.

Um partido operário, revolucionário e socialista

O PSTU é um partido diferente. Você já deve ter ouvido essa frase muitas vezes. Mas por que dizemos que somos realmente diferentes? Primeiro, a nossa atuação não gira em torno das eleições. Participamos delas para apresentar as nossas propostas, mas não depositamos nenhuma ilusão nelas. Pois, só ganha quem é bancado pelos grandes bancos e empreiteiras e que, depois de eleitos, vão governar para eles. Para nós, só a luta da classe trabalhadora pode mudar a vida, não as eleições.

Essa é a principal diferença que temos com a esmagadora maioria dos partidos, inclusive de grande parte da esquerda que está aí. Para eles, eleger é o objetivo central e para isso vale tudo. Vale receber dinheiro das empresas, vale fazer coligação com partidos da burguesia e tudo o mais que seja necessário para ganhar. Foi esse o caminho que se embrenhou o PT, e deu no que deu.

O PSTU não aceita dinheiro da burguesia nem fazemos alianças com partidos dos patrões. E isso por uma razão bem simples: ganhar com base nesse tipo de aliança não vai mudar nada. Exemplos não faltam, no Brasil ou no mundo.

Nosso programa é operário, revolucionário e socialista. Não acreditamos num "capitalismo humano" ou em transformações lentas nesse sistema até acabarmos com todas as mazelas que nos afligem, como o desemprego, a carestia e a fome. Quem produz as riquezas desse país é quem deve governar. Isso só pode ser obra da própria classe operária através de sua própria mobilização.

O PSTU é o partido dos operários, dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, das negras e negros, LGBT's, indígenas, sem-terras, sem-tetos, que lutam pelo fim do capitalismo e de toda forma de exploração e opressão. Venha com a gente! Venha ser parte da nossa campanha!

- 2. Fora Temer e todos eles!**
- 3. Basta de Pimentel, Anastasia, Aécio, Dilma, Lacerda, PT, PSDB, PSB, MDB.**
- 4. Confisco dos bens das empresas envolvidas em corrupção. Prisão para todos os corruptos.**
- 5. Redução da Jornada sem redução de salários. Emprego para todos.**
- 6. Contra as privatizações da água, da CODEMIG e CODEMINAS. Reestatização da Vale, CSN, Açominas, CEMIG. Estatização das grandes empresas internacionais do agronegócio. Abaixo as privatizações.**

No final do ano de 2017 o governo Fernando Pimentel, PT/PMDB/PCdoB, colocou em andamento e estudos vários projetos de privatização que vão desde rodovias até a CODEMIG (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais). Essa ofensiva privatista visa atender os interesses de grandes empresas, empreiteiras e bancos, e está em sintonia com a política econômica de Temer.

Para se ter ideia, entre as propostas estão até mesmo a privatização de estâncias de águas minerais de Cambuquira, Lambari e Caxambu, região do Sul de Minas. Pimentel quer entregar a água dos mineiros para a grande indústria de alimentos e bebidas. Essa medida vem sendo repudiada por organizações ambientalistas nacionais e internacionais. Outro absurdo é o leilão de 50% das ações da CODEMIG, responsável pelo desenvolvimento e gerenciamento de diversos projetos econômicos no Estado. Entre estes estão a participação nos royalties do Níóbio, mineral muito raro encontrado em Araxá, em que 90% da produção mundial vem da cidade. Este mineral é utilizado desde indústrias aeroespaciais, medicina, construção civil, entre outras. Agora no início de fevereiro o governo Pimentel já privatizou 360 km em estradas que passarão a cobrar pedágios. Esse número pode chegar a 800 km de rodovias. Assim como projetos de entrega de transporte sobre trilhos, que ficariam em mãos privadas. A rapina continua até mesmo nas áreas de educação e saúde. Projetos preveem a criação de PPP's (Parceria Público Privadas) de 128 escolas, em 50 cidades. Essa é uma forma de entregar também a educação nas mãos de tubarões do ensino. Esse é um passo para que no futuro acabe também com a gratuidade nessas escolas. Ainda existem projetos de PPP's para saúde, segurança, turismo (como exploração de parques e grutas). Esses são apenas os novos projetos de Pimentel. Mas desde o início de seu governo mantém intactos os modelos de terceirização em diversos órgãos do Estado, como CEMIG, Copasa, presídios, etc. As privatizações não são novidades nos governos do PT. Durante os governos Lula e Dilma foram entregues reservas minerais, o pré-sal, e o "novo Código Florestal" que permite explorar imensas regiões da Floresta Amazônica. Farra para os grandes empresários e ataques contra os trabalhadores. Pimentel usa a crise econômica para ampliar as isenções fiscais para os grandes empresários e banqueiros, os mesmos que demitiram milhões de trabalhadores de suas empresas. Mantém, assim, a política fiscal dos governos do PSDB. Como demonstra a Revista Exame, em

reportagem de 29 de setembro de 2017: “De 2003 a 2010, o valor dos benefícios saltou de 3,5 bilhões de reais para 9,1 bilhões de reais, aumento de 160%. No mandato seguinte, o crescimento foi de 12%, para 10,2 bilhões de reais no fim de 2014. No governo atual, a estimativa é que chegue a 13,8 bilhões de reais, uma alta de 35,3%. De 2003 a 2014, o estado deixou de arrecadar 84 bilhões de reais, em valores corrigidos.” Isto significa que, somente em isenções fiscais neste período, daria quase a arrecadação total do Estado em um ano inteiro. Dinheiro que tornaria os serviços públicos de primeiro mundo para a população, mas parou no bolso dos grandes empresários. Por outro lado, estamos vendo o aprofundamento do sucateamento dos serviços públicos. Desde o primeiro ano de mandato, Pimentel e o PT, resolveram parcelar salários, e descumprir suas várias promessas de campanha, como deixar de pagar o piso nacional dos professores. No final desse ano chegou ao cúmulo de parcelar em 4 vezes o 13º salário dos servidores. Pimentel: um governo de “golpistas e golpeados”. Em 2014, o PT mineiro editou em Minas a fórmula de aliança nacional com o PMDB de vice, o empresário Antônio Andrade. Essa se manteve mesmo com toda bancada mineira dos partidos aliados ao PT, incluindo o próprio PMDB, votando favoravelmente pelo impeachment da presidenta. Cabe lembrar que Pimentel foi um dos primeiros governadores a iniciar negociações com o governo Temer quanto às negociações sobre a dívida pública com a União. Uma forma de legitimar o governo dito “golpista”. Coincidentemente, dentro do pacote de medidas exigido pelo Governo Federal estavam justamente privatizações e contingenciamento dos gastos públicos. De fundo o grande golpe, ou melhor, estelionato eleitoral foi contra os trabalhadores e a população mais pobre que havia depositado suas expectativas no PT e em Pimentel, justamente para fazer o oposto do que eles vem fazendo. Greve geral do funcionalismo para derrotar Pimentel e seus ataques. Diante do conjunto de ataques promovidos pelo governo Pimentel só existe uma saída: Derrotar Pimentel também nas ruas, assim como fizemos derrotando a reforma da Previdência de Temer. Neste sentido, é muito importante que o conjunto do funcionalismo busque construir a unificação das lutas, chamando também a unidade de toda a classe. É muito importante que toda a população seja chamada a esta luta, pois, serão os mais afetados pelas privatizações, cortes em investimentos na saúde e educação. Dia 28 de fevereiro os trabalhadores da educação vão iniciar uma greve contra os parcelamentos e atrasos nos salários, além de exigir o cumprimento de promessas de campanha. É uma oportunidade para derrotar esses projetos implementados por Pimentel e o PT. Fora Pimentel, Temer e todos eles (PT, PMDB, PSDB). Os dados do próprio governo estadual mostram que não existe crise fiscal. Ao contrário, o que existe é uma política de isenção fiscal para beneficiar os grandes empresários, empreiteiros e mineradoras, em detrimento do sucateamento dos serviços públicos. Somente isso justifica o governo do Estado não resolver os problemas da população e dos servidores. Neste sentido, além de estar ombro a ombro com os servidores do estado para derrotar Pimentel e sua santa aliança, o PSTU entende que devemos dar um fim aos privilégios concedidos a essas grandes empresas. Devemos retomar as riquezas privatizadas pelos governos anteriores, como a Vale, CSN, Açominas. Essas empresas foram construídas com dinheiro público e entregues a preços de banana. É preciso derrotar o pacote de privatizações de Pimentel e seus aliados. Para isso devemos contar e confiar na força da organização da classe trabalhadora, do povo pobre do Estado. Devemos transformar toda indignação que existe hoje em ações. Devemos desde já organizar uma rebelião contra o desemprego, a miséria, a violência e contra as privatizações de Pimentel e que o PT capitaneia no Estado. Botar abaixo o governo Temer e suas medidas que vem piorando mais ainda as condições de vida de nossa classe. Basta de Pimentel e seus ataques. Fora Temer. Fora todos Eles. Abaixo as privatizações. Reestatização das empresas privatizadas. A água é nossa. Tirem as mãos de nossas riquezas.

7. **Não pagamento da dívida pública. Nenhum acordo com Temer e nenhum ataque a nossos direitos.**
8. **Fim da Renúncia Fiscal. Taxação do lucro e das grandes fortunas. Fim da Lei Kandir.**
9. **Fim da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por uma Lei de Responsabilidade Social, que garanta primeiro educação, saúde, emprego, alimentos. Estatização do transporte coletivo e investimentos no transporte ferroviário.**
10. **Revogação das Reformas Trabalhista e contra a Reforma da Previdência.**
11. **Questão negra: uma saída de raça e classe: exigir as reparações, piores empregos, violência, mito da democracia racial.**
12. **Questão indígena: regulamentação das reservas e o direito às reparações.**

Em Minas Gerais, o rompimento da barragem de Fundão impactou severamente o povo Krenak. O povo vive o desespero de ter sido atingido diretamente pelo maior crime ambiental da história do Brasil. Para serem minimamente ouvidos, os Krenak tiveram de paralisar a ferrovia da Vale, uma das controladoras da Samarco, que corta a terra indígena. Esse desastre socioambiental foi provocado, em novembro de 2015, atingiu três povos indígenas em dois estados: os Tupiniquim e os Guarani, no Espírito Santo, e os Krenak, em Minas Gerais. Os transtornos foram incomensuráveis, principalmente em relação às atividades produtivas e arrasou, com os rejeitos minerais, toda a biodiversidade do Rio Doce à jusante. Divulgada em todo o mundo, esta é mais uma das tragédias que pode se estender para o interior das terras indígenas, caso a mineração nestas terras seja regulamentada nos termos do Projeto de Lei (PL) 1610/1996, em avançado processo de tramitação no Congresso Nacional.

Situação geral das Terras Indígenas no Brasil

Situação	Quantidade
A identificar	13,42%
Declarada	4,63%
Dominal	1,62%
Homologada	1,23%
Identificada	3,86%
Portaria de restrição	0,46%
Registrada	30,92%
Presidente	Homologações
José Sarney (1985 -1990)	67
Reservada	2,93%
Fernando Collor	121
Sem providência	40,86

Homologação de terras indígenas por gestão presidencial

(janeiro 1991 - setembro 1992)	
Itamar Franco (outubro 1992 - dezembro 1994)	18
Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002)	145
Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010)	79
Dilma Rousseff (janeiro 2011 - agosto 2016)	21
Michel Temer (agosto 2016 - agosto 2018)	0

13. Questão da mulher: questão do aborto, violência, dupla função, mulheres negras, etc.

O índice de violência contra a mulher em Minas Gerais segue a realidade de vários estados do país. Em 2015 foram 335 casos de feminicídio, em 2016 foram 397 casos e em 2017 foram 433 casos em Minas, um aumento de 9%, sendo que em 2017 a média desse crime foi de 1,1 por dia no estado. O feminicídio, lei sancionada em 2015, se caracteriza por mortes de mulheres por discriminação de gênero e consequência da violência doméstica.

Contagem é a Região Integrada de Segurança Pública (Risp) com maior número de casos de feminicídio (50), seguida Risp Belo Horizonte (43) e Risp Governador Valadares (38), em 2017. Os crimes de feminicídio, entre 2015 e 2017, atingiu em maior parte as mulheres casadas (35% dos casos os agressores eram maridos ou companheiros), negras (46% dos casos) e entre 18 e 44 anos de idade (70% dos casos), segundo o Diagnóstico de Violência Doméstica e Familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais, da Polícia Civil.

A violência doméstica em Minas Gerais também atinge níveis alarmantes. Os casos registrados em 2015 foram 148.320, em 2016 foram 145.654 e em 2017 foram 145.029. Isso representou, ano passado, um crime de violência doméstica a cada três minutos e 37 segundos.

A maioria das vítimas segue o mesmo padrão que as do feminicídio, mulheres negras, que sofrem violência de companheiros ou ex-companheiros, e jovens.

No estado, apesar da queda, esse tipo de ocorrência representa um crime a cada intervalo de três minutos e 37 segundos. Em 2017 foram mais de 145 mil ocorrências em Minas, somente levando em consideração criminosos que são do relacionamento das vítimas, como cônjuges ou namorados, parentes como filhos ou netos, pais, avôs ou ex-companheiros.

Em Minas Gerais existem 60 delegacias especializadas em crimes contra a mulher, num total de mais de 800 municípios. Além disso, o número de casas de acolhimento e casas abrigo são muito aquém da necessidade real.

14. LGBT's no estado de Minas Gerais e o Programa Revolucionário

A realidade referente aos crimes e assassinatos contra LGBTs no Brasil apresenta dados trágicos. De acordo com pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), 445 pessoas morreram em 2017 pelo fato de serem LGBTs. Nesse universo de mortes, Minas Gerais se situa em segundo lugar, com 43 assassinatos, sendo superada apenas por São Paulo, com 59 mortes. Nos

quatro primeiros meses de 2018, 153 LGBT's foram assassinadas no Brasil, 9 destas em MG. Não são menos preocupantes os dados que dizem respeito à localização dessas pessoas no mercado de trabalho: em todo o país, 90% das pessoas trans (travestis e transexuais) se encontram em situação de prostituição, pelo fato de possuírem orientação sexual ou identidade de gênero diferentes dos padrões da heteronormatividade.

A luta contra a lgbtfobia deve ser parte do programa de um partido revolucionário, uma vez que ataques contundentes do capitalismo servem como formas de explorar e oprimir a classe trabalhadora. Num sistema que se apoia na desigualdade, as relações históricas e sociais devem naturalizar o que não é natural, com a finalidade de discriminar e, conseqüentemente, oprimir. Assim, LGBTs são oprimidos e apontados como “diferentes” numa sociedade de classes.

Em 28 de janeiro de 2017, o governo de frente popular do PT no estado de Minas Gerais promulga um decreto que garante o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans na administração pública. Tal medida atende às reivindicações democráticas realizadas por LGBTs, mas não se evidencia como um real combate à LGBTfobia, diante das constantes queixas de discriminação e de condutas lgbtfóbicas que ocorrem em repartições públicas do estado. Em escolas da rede estadual, por exemplo, alunos e alunas transexuais e travestis podem utilizar seu nome social, porém não são promovidos debates que alcancem a comunidade escolar sobre o tema, além de não acontecer a oferta de discussões e seminários sobre o tema, o que ainda invisibiliza aqueles que sofrem com a violência diária. Essa situação de opressão pode ser comprovada com os números de mortes, que situam Minas Gerais em segundo lugar no ranking de violência contra LGBTs.

Torna-se, assim, impossível superar o preconceito, a discriminação e a violência contra LGBTs num sistema opressor, assim como não se faz possível a superação da LGBTfobia num mundo consumista, que aponta como saída as perspectivas individuais.

O PSTU exige:

-Criminalização da LGBTfobia

-Fim da exclusão, da discriminação no mercado de trabalho e do desemprego impostos pela LGBTfobia.

-Abaixo à repressão policial LGBTfóbica!

-Respeito à identidade de gênero na saúde, nas instituições de ensino, nos presídios e nos espaços sociais.

- Direito ao nome social de transexuais, transgêneros e travestis sem burocracia.

-Não ao projeto Escola sem Partido!

-Que sejam revogadas as regras que proíbem gays, travestis e transexuais de doar sangue.

-Que a educação pública promova espaços de debates e discussões para a garantia de respeito a diversidade sexual e à identidade de gênero.

-Respeito ao livre exercício da sexualidade.

-Estado laico de fato: que não ocorra intervenção religiosa sobre direitos LGBTs.

-Ampla discussão pública que permita o acesso às questões referentes às LGBTs, de maneira que os espaços de luta não apresentem conteúdo mercantilista.

-Despatologização da transexualidade!

-Acesso público e gratuito à saúde para as LGBTs.

15. Abaixo da corrupção

A corrupção está no DNA do capitalismo. Ela nasce antes mesmo das eleições, quando as grandes empresas, bancos e empreiteiras pagam milhões para as campanhas de seus candidatos. Uma vez eleitos, eles beneficiam essas mesmas empresas. Mas mesmo sem financiamento de campanha, a corrupção corre solta nesse sistema. Os contratos do Estado com empresas privadas, as decisões de

aumento de juros e alterações no valor do dinheiro (câmbio) ou a privatização das nossas estatais servem sempre para enriquecer empresários, banqueiros e políticos corruptos.

Nos municípios, isso ocorre de maneira frequente com os serviços de coleta de lixo e transporte, antes estatizados e hoje privatizados.

Defendemos:

- A constituição de um movimento dos trabalhadores em Minas Gerais, articulado a nível nacional pela: prisão e o confisco dos bens dos políticos corruptos, e também de seus corruptores, ou seja, das empresas que se beneficiaram desses crimes. Por exemplo, as empreiteiras deveriam ser todas estatizadas, sem indenização, e colocadas sob o controle dos trabalhadores.
- Da mesma forma o controle das estatais deve ser colocado nas mãos dos trabalhadores. Isso evitaria chefes indicados por “políticos” em conluio com empresas que querem ter lucros em contratos milionários com as estatais.

16. Por um governo Operário, Popular e Socialista, governado por Conselhos Populares.